



**Universidade Estadual do Rio de Janeiro**

Faculdade de Formação de Professores

Curso de Pedagogia

Adelaine Valerio Neves

**Contando histórias para se conhecer: o ponto de leitura de Ancestralidade  
Africana no Brasil como meio de valorização da cultura afro-brasileira**

São Gonçalo

2014

Adelaine Valerio Neves

**Contando histórias para se conhecer: o ponto de leitura de Ancestralidade Africana no Brasil como meio de valorização da cultura afro-brasileira.**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dra. Adir da Luz Almeida

São Gonçalo  
2014-2

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

ADELAINÉ VALÉRIO NEVES

Contando histórias para se conhecer: o ponto de leitura de Ancestralidade Africana no Brasil  
como meio de valorização da cultura afro-brasileira.

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de  
Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Adir da Luz Almeida

---

Parecerista

São Gonçalo  
2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEH/D

N518 Neves, Adelaine Valerio.  
Contando histórias para se conhecer: o ponto de leitura de Ancestralidade Africana no Brasil como meio de valorização da cultura afro-brasileira / Adelaine Valerio Neves. - 2015.  
31f.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adir da Luz Almeida.  
Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Relações étnicas. 2. Relações raciais. 3. Biblioteca. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. II. Almeida, Adir da Luz. III. Título.

**CDU 323.1**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esse trabalho a minha família, irmão e todos aqueles que acreditaram no meu potencial.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a *Olodumare* e aos Orixás que me guiaram até esse momento.

A minha querida e amada Mãe Márcia D'Oxum que acreditou em mim nos momentos que nem eu mesma acreditava e abriu sua instituição para essa pesquisa, me aceitando em sua família carnal e espiritual como filha.

Aos irmãos do *Egbe* que ajudaram em nesse caminhar.

A Professora Adir da Luz Almeida que aceitou carinhosamente me orientar e que sem ela minha formação talvez não fosse possível.

Aos funcionários da FFP que ajudaram na minha permanência na Instituição.

Aos queridos amigos que estiveram comigo nessa longa aventura que foi a minha Graduação, em especial a Ana Paula Castro Barbosa que desde o início se mostrou uma verdadeira amiga e companheira nessa jornada.

A todos vocês, o meu profundo muito obrigada!

*Olorun Iberu*

*Olorun Nila*

“Só há respeito para com Deus  
Se houver respeito para com as pessoas”

*Provérbio Yorubá*

## RESUMO

NEVES, A. V. *Contanto histórias para se conhecer: o ponto de leitura de Ancestralidade Africana no Brasil como meio de valorização da cultura afro-brasileira*. 2014. 30p. (Licenciatura em Pedagogia). Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014.

O presente trabalho traz um relato de experiência a respeito da Biblioteca de Ancestralidade Africana no Brasil, levando em consideração a biblioteca do Centro Espírita *Egbé Ile Iya Omidaye Ase Obalayo*, situada em São Gonçalo, RJ. Tendo como enfoque a história da política da promoção da igualdade racial, esta centralizado no relato da formação e crescimento da biblioteca, focando na atuação da comunidade de terreiro na organização e divulgação da mesma. Serão apontados alguns problemas de aceitação, tendo em vista tanto o local em que ela foi construída como a temática a que se dedica. Serão elencadas algumas de nossas propostas de trabalho que levam em conta o fortalecimento da educação das relações étnico-raciais.

Palavras-chave: Biblioteca de Ancestralidade Africana no Brasil; educação; relações étnico-raciais; leitura;



## **ABSTRACT**

NEVES, AV As long stories to know. The African Ancestry reading point in Brazil as a means of valuing african-Brazilian culture. 2014. 30p. (Bachelor of Education). Faculty of Teacher Education, State University of Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014.

This work is intended to make an experience report about the African Ancestry Library in Brazil, taking into account the Library of Spiritual Center Egbé Iya Ile Omidaye Ase Obalayo, located in Sao Goncalo, RJ. With focus on the history of politics for promoting racial equality, will focus on account of the formation and growth of the library, focusing on the performance of the religious community in the organization and dissemination of the same. Will be appointed some acceptance problems, with a view both the place where it was built as the subject in which it engages. Are listed some of our work proposals that take into account the strengthening of education for ethnic-racial relations.

Keywords: African Ancestry Library in Brazil; education; ethnic and race relations; reading;

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1. DA NECESSIDADE DE SER CONTADO: PROBLEMAS DE REPRESENTAÇÃO</b> 13	
1.1 O combate ao preconceito racial .....	17
1.2 Aspectos de uma educação multifacetada .....	19
<b>2. CONTANDO UMA HISTÓRIA SEM FIM</b> .....	21
2.1 A demonização da biblioteca.....	24
2.2 A afirmação da identidade na literatura infanto-juvenil.....	26
<b>CONCLUSÃO</b> .....	29
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	31

## INTRODUÇÃO

Dizer que minha história como mulher, negra, pedagoga e participante de um projeto social iniciou-se quando os escravos chegaram ao Brasil pode ser historicamente correta, no que tange a herança cultural dos negros na sociedade Brasileira. Por outro lado, saber-se e identificar-se como negro é muito mais que possuir características corporais identificadoras da raça. É um exercício diário de aceitação e afirmação.

A frase acima pode parecer lugar comum, mas viver em uma sociedade em que a representação dos negros é, em muitos casos, cheia de complexidades, aceitar e valorizar esse 11“grupo social” é muito complicado. O Brasil, evidentemente, ainda não curou as feridas da escravidão e ainda somos expectadores de casos de racismo, ocultação e preconceito das manifestações culturais afro-brasileiras.

Refletindo sobre meu caminhar até aqui, percebo que nada foi por acaso. Se hoje sou um agente atuante em minha comunidade e estou envolvida com a causa humana (visto que sou antes de tudo uma educadora) é porque houve um processo primeiro em que tive que olhar para meu reflexo e me reconhecer. Admito ser complexo viver em uma sociedade em que ser branco é ser mais bonito, mais inteligente, mais “descolado”, mais valorizado. Assim, reconhecer-se negro é ir de encontro a todo um sistema ideológico.

Meus fundamentos teóricos são oriundos de várias áreas do conhecimento. Se minha prática pedagógica se coloca como atuação em um espaço de enfrentamento de preconceitos, claro que meu diálogo com as ciências sociais será profícuo. Uma passagem panorâmica da História do Brasil e do contexto socioeconômico dos negros também se faz necessária porque é algo que me deparo diariamente.

Partindo da justificativa acima, meu trabalho foi organizado em três partes. O primeiro capítulo tem como enfoque a História da Política da Promoção da Igualdade Racial, tendo em vista a desvalorização do negro como agente de cultura. Considerou-se o papel social das sociedades tradicionais na luta pela manutenção da cultura afro-brasileira.

No segundo capítulo, refletiu-se a necessidade de uma Biblioteca de Ancestralidade Africana no Brasil, levando em consideração a biblioteca do Centro Espírita *Egbé Ile Iya Omidaye Ase Obalayo*, situada em São Gonçalo, RJ. Centralizado no relato da formação e crescimento da biblioteca, focando na atuação da comunidade de terreiro na organização e divulgação da mesma. Foram apontados alguns problemas de aceitação, tendo em vista tanto o local em que ela foi construída como a temática a que se dedica. Também elencados algumas de nossas

propostas de trabalho que levam em conta o fortalecimento da educação das relações étnico-raciais.

Por fim, foram elencadas algumas considerações finais sobre o trabalho na biblioteca, tendo em vista o arcabouço teórico-metodológico que foi construído cotidianamente desde a abertura de nosso trabalho.

Este é o resultado do que me move e me emociona. Não é possível falar de sua prática sem uma dose de paixão. Minha maior motivação é o compromisso que me move desde que me conheci como representante de uma cultura “desprestigiada”. Sinto-me na obrigação de ser sujeito de meu discurso e auxiliar outros nesta jornada. Se o papel fundamental da educação é nos fazer acreditar em nós mesmos, auxiliar o processo de aceitação das comunidades de matriz africana me parece o caminho para um país melhor.

Vejo este trabalho como um presente. Um presente para mim, que vejo o resultado de minha formação. Um presente para minha faculdade, que verá a aplicação de tudo que me ensinou. Um presente para o futuro, esperando que eu seja mais que um número: uma realização consciente da relação teoria-prática.

## 1. DA NECESSIDADE DE SER CONTADO: PROBLEMAS DE REPRESENTAÇÃO

Ao se refletir a respeito da memória e do sentido do passado, pode-se afirmar que a memória se encontra no âmbito individual enquanto o sentido do passado se projeta no nível coletivo. A memória individual incorpora esse sentido de passado de forma que haja uma ordenação social em torno de uma ideia. Essa ordenação faz com que ocorra a identificação de indivíduos a fim de formar uma comunidade. Para o historiador Eric Hobsbawm (1888):

Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana (p.22).

O passado, assim, coloca-se como base para se ponderar o presente. No que tange ao que ocorre contemporaneamente, é claro que os problemas raciais se originaram há tempos. Sabe-se que no Brasil não há regras claras que detêm um “manual” de segregação e racismo. Pelo contrário, perpetra-se o racismo de forma dúbia, pouco óbvia para a própria população. Perceber que uma fala, um comercial, uma piada são maneiras de segregar o outro é compreender que o que está embutido em nossa cultura é um sistema simbólico. Para Roberto DaMatta:

(...) embora exista preconceito no Brasil, não existe entre nós um sistema de segregação ou de separação racial implementado e legitimado por leis escritas. Ademais, o sistema, coerentemente, gerou uma ideologia de mistura e ambiguidade – na figura da mulata e do mulato, por exemplo, nas religiões populares – que se constitui em um elemento integrador de todo o sistema, valorizando mais a confissão humana – sofrimento, culpa, pecado, caridade, amor, etc – como explicadora da situação social de cada um, mais do que a própria raça, como ocorre nos Estados Unidos. (DaMatta apud Grin, 2010, p. 163).

Os sujeitos sociais, imersos em seu cotidiano e senso comum, fabricam suas representações, símbolos e utopias. O presente torna-se passado e essas representações, esses símbolos e essas utopias tomam forma, tornando-se, a princípio, irreduzíveis. No Brasil, desloca-se o problema da raça para o social e o individual, esquecendo-se toda a conjuntura histórico-social brasileira. As relações raciais no Brasil podem ser divididas em:

Um sofisticado sistema de classificação racial baseado na aparência resultante da apreensão simultânea de traços físicos (cor da pele, traços da face, cabelos), condição socioeconômica e região de residência;

Um vocabulário racial comportando multiplicidade de termos;

Uma grande população preta e mestiça (denominada “parda”) – 46% da população – o que faz com que o Brasil seja considerado o segundo país com a maior população negra do mundo (composta por pretos e pardos);

A convivência de padrões de relações raciais simultaneamente verticais, produzindo intensa desigualdade de oportunidades e horizontais em que não se observam hostilidades abertas ou ódio racial, o que pode acarretar convivência amistosa em determinados espaços sociais sob determinadas circunstâncias (SILVA&ROSEMBERG, 2012, p. 77) .

Tal imaginário não é assim tão inconsciente. Não recordamos que após a abolição da escravidão no Brasil, houve três processos importantes para a realidade que nos cerca: 1. O país não adotou legislação de segregação étnico-racial, não se definindo, portanto, definição de pertença racial; 2. Não se desenvolveram políticas de integração dos negros recém-libertos à sociedade; 3. Houve um incentivo à imigração europeia branca, em consonância com as políticas eugenistas desenvolvidas na Europa promovendo, assim, a ideia de embranquecimento da sociedade.

Esses processos foram importantes não apenas social e economicamente, mas também como uma maneira de mostrar ao negro seu lugar de subalterno. Sem educação formal, o negro foi obrigado a atuar em empregos com pouca qualificação técnica, perpetuando assim o quadro de miséria e exploração. No final do século XIX, o embranquecimento da população era necessário para obter o desenvolvimento nacional. Era mais interessante a presença de casamentos com imigrantes pobres, que gerariam filhos mais claros. O pensamento social da época era de que os entraves sociais que o Brasil sofria eram originados na deficiência das raças negra e indígena.

A substituição da mão-de-obra pelos imigrantes e a espera por uma “redenção” racial que salvaria o Brasil solapou o negro ao mercado informal e à marginalidade. A mobilidade social brasileira é pouco flexível e ser negro e pobre parece a princípio uma prisão. É muito perverso dizer que vivemos em uma sociedade igualitária tendo em vista todos os desvios históricos e econômicos. A questão racial abarca o social e também é a expressão de nossas diferenças em nível comportamental, linguístico e cultural. Para Clóvis Moura:

O racismo brasileiro [...] na sua estratégia e nas suas táticas age sem demonstrar a sua rigidez, não aparece à luz, é ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente nos seus objetivos. [...] não podemos ter democracia racial em um país onde não se tem plena e completa democracia social, política, econômica, social e cultural (MOURA, 1994, p.160).

Além disso, é perceptível a desvalorização do corpo e cultura negros. Toda característica negra deve ser mascarada, escondida, contida e disciplinada. Há então um processo tenso de aceitação/rejeição de ser negro que:

É construído socialmente, vivido e aprendido no grupo, na família. Por isso, mesmo quando se nasce em uma família que afirma e valoriza a cultura negra, esse aprendizado pode ser confrontado socialmente pela imagem do negro veiculada na mídia ou pela maneira como lideranças e artistas negro, quando em evidência, comportam-se diante da questão racial ou expressam a negritude através de seu corpo. Nesse caso, a expectativa construída em torno do comportamento desses sujeitos não se restringe ao fato de possuírem um corpo negro e aparecerem em destaque na mídia. Importa a forma como esse corpo é trabalhado, se ele expressa ou não o orgulho ao seu pertencimento étnico/racial, por meio da valorização dos sinais diacríticos (GOMES, 2008, p.124).

O embranquecimento iniciado e estimulado no século XIX se exprime hoje em várias vertentes. Famílias se recusam a pesquisar a história de seu povo e consomem e valorizam estereótipos brancos. Produtos químicos de alisamento são desejados por meninas negras que aprendem que seu cabelo é feio, opaco e de formato estranho. Isto se exacerba na TV, um dos poucos pontos de uma pretensa igualdade entre ricos e pobres no Brasil, já que muitas famílias a possuem. Artistas mais escuros, de lábios grossos e dentes grandes não são uma constante no ínfimo e constante núcleo negro televisivo.

Neste sentido, “o racismo camuflado é traiçoeiro: não se sabe exatamente de onde vêm. Tanto pode se manifestar nos regimes autoritários quanto nos democráticos” (CARNEIRO, 1997, p.07). A atuação de negros em espaços de produção cultural é desprestigiada. Todos conhecem casos de demonização das histórias e religião negras, calcados apenas em uma visão distorcida dos ritos e mitologia afro-brasileiros.

Outras manifestações como a capoeira, o samba e outros ritmos como o maracatu, o afoxé e outros também foram relegados à marginalidade até bem pouco tempo atrás. Foram necessárias ações efetivas de valorização da tradição nacional para se preservar a cultura negra. Para Florestan Fernandes (1993): “o negro não é somente ‘igual perante a Lei’. Ele ocupa uma situação desfavorabilíssima que precisa ser corrigida pela educação democrática, pelo convívio, como cidadãos da mesma sociedade civil e do mesmo Estado” (p. 238-240).

Para Monica Grin (2010), o tema das desigualdades sociais, tendo como o racismo uma realidade indiscutível, foi inserido no contexto político institucional brasileiro em meados dos anos 90. Duas vertentes se colocaram no debate público sobre o racismo: a primeira é a obrigação governamental de “reparar” a defasagem histórica dos negros,

enfocando na diferenciação; a segunda é a valorização da cultura da miscigenação, levando em conta políticas públicas de caráter universalista. Ambas as perspectivas são problemáticas, pois:

Por um lado, risco de que movimentos que se pautam no diferencialismo pudessem levar seus atores a uma espécie de idolatria à identidade e à raça, ou seja, definições mais fechadas, essencialistas, em direção oposta à participação na vida cívica e democrática mais ampla. Por outro lado, os movimentos de caráter mais universalistas que se apoiam muitas vezes em princípios que, sem atores concretos, podem se tornar etéreos, sem fundamentação social. Em um mundo no qual grupos identitários lutam por maiores espaços. (p.120)

Sabe-se que a nossa sociedade vem se construindo entre ações afirmativas e debates acalorados que negam o conceito de raça. É muito complicado definir o grupo-alvo para a formulação de políticas públicas raciais. No entanto, parece ser importante a criação de práticas voltadas às “identidades” raciais, reinventando a “raça” no Brasil. Para Grin, hoje a retórica é semanticamente diferenciada:

Diversidade, já em versão multicultural, significa diferenciação e particularização racial e cultural. Busca-se afirmar o reconhecimento à diferença racial como uma nova modalidade de direitos, por suposto moralmente mais justa, cuja função maior seria debelar as desigualdades, não as diferenças entre as “raças” no Brasil (p.128).

Assim:

Hoje, com as armas do multiculturalismo normativo, com o aparelho de estado respaldando iniciativas diferencialistas, a luta parece mais objetiva, ou seja, aponta para um horizonte de resultados imediatos para a promoção racial. Talvez por essas razões, há uma década experimentamos uma mudança sem precedentes nas formas como os governos republicanos trataram o tema racial no Brasil (p.133).

Mesmo sendo um quadro interessante de práticas públicas mais enfáticas, percebe-se que ainda estamos construindo nossa identidade. Devemos tomar cuidado para não cairmos em extremos. Saber-mos miscigenados nada modifica nossa realidade, mas delimitar identidades raciais só aumenta o conflito entre os atores sociais. Quando pensamos em ações afirmativas:

É necessário reconhecer seu papel como instrumento de importantes melhorias nas condições de vida da população brasileira, inclusive da população negra. Contudo, dado os fatores históricos e os constrangimentos raciais que ainda hoje operam no país, as políticas universais têm se revelado insuficientes face ao objetivo de enfrentar a discriminação e



desigualdade racial. A presença do racismo, do preconceito e da discriminação racial como práticas sociais, aliadas à existência do racismo institucional, representam um obstáculo à redução daquelas desigualdades, obstáculo este que só poderá ser vencido com a mobilização de esforços de cunho específico. Assim, a implementação de políticas públicas específicas, capazes de dar respostas mais eficientes frente ao grave quadro de desigualdades raciais existente em nossa sociedade, apresenta-se como uma exigência incontornável na construção de um país com maior justiça social (JACCOUD, 2008, P. 141).

Em uma sociedade miscigenada como a brasileira, considerar-se negro ou branco por características físicas é uma atitude redutora. Ser negro é uma construção política. Deve-se ter em mente a presença e a importância de diferentes identidades raciais. Isto não se dá de forma natural, mas do combate diário por espaços de afirmação sem, no entanto, perdermos de vista os princípios humanistas.

### **1.1 O combate ao preconceito racial**

No que se refere à legislação referente ao preconceito racial, o Brasil iniciou nos anos 50 com a lei Afonso Arinos, que criminalizava atos resultantes de preconceitos “de raça ou de cor”. A Constituição de 1988 reformulou a lei e considerou o racismo crime inafiançável. Além da criminalização do racismo, apontou-se para a valorização da diversidade cultural e para o reconhecimento das comunidades quilombolas. Também foi criada a Fundação Cultural Palmares (FCP), voltada para a promoção e preservação da influência negra na sociedade brasileira.

Em 1989 foi sancionada a Lei Caó, que definia como crimes de preconceito atos que impedissem ou dificultassem o acesso ou o atendimento em espaços públicos, comerciais e a empregos, em função da cor ou raça, determinando penas de reclusão para os diversos casos que tipifica. Esta legislação foi seguida de outras que determinam e penalizam crimes referentes à discriminação, racismo e injúria racial. Como resultado, foram criadas em alguns estados delegacias especializadas em crimes raciais, sendo a primeira inaugurada no Rio de Janeiro em 1991.

Em meados dos anos 90, outras políticas afirmativas tomaram corpo, tendo como objetivo o combate ao racismo e combate à discriminação racial por meio de políticas públicas. Também foi tempo de iniciativas mais organizadas da sociedade civil, amparadas ou não pelo poder público, com o surgimento de secretarias, ONGs e grupos de discussão sobre a negritude. A atuação do movimento negro como um todo foi importantíssima para as vitórias conseguidas.

Em 2003, foi sancionada a lei 10.639, que altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) instituindo o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de ensino fundamental e médio do ensino público e privado. Os princípios norteadores da lei são:

Socialização e visibilidade da cultura negro-africana.

Formação de professores com vistas à sensibilização e à construção de estratégias para melhor equacionar questões ligadas à discriminações raciais e de gênero e à homofobia.

Construção de material didático-pedagógico que contemple a diversidade ético-racial na escola.

Valorização dos diversos saberes.

Valorização das identidades presentes na escola, sem deixar de lado esse esforço nos momentos de festas e comemorações.

Também foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, hoje chamada de Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial – SEPPIR, que tem como finalidade elaborar e articular, junto a órgãos públicos e outras instituições, políticas de promoção da igualdade e de proteção dos direitos e indivíduos e grupos raciais e étnicos, com ênfase na população negra, afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância. Atua também no acompanhamento da execução de programas voltados à promoção da igualdade racial. Com status de Ministério, tem como principais objetivos:

Promover a igualdade e a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos afetados pela descriminalização e demais formas de intolerância com ênfase na população negra;

Acompanhar e coordenar políticas de diferentes ministérios e outros órgão do Governo Brasileiro para a promoção da igualdade racial;

Articular, promover e acompanhar a execução de diversos programa de cooperação com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais;

Promover e acompanhar o cumprimento de acordos e convenções internacionais assinados pelo Brasil, que digam respeito à promoção da igualdade e combate à discriminação racial ou étnica;

Auxiliar o Ministério das Relações Exteriores nas políticas internacionais, no que se refere á aproximação de nações do continente africano.

Braço da SEPPIR, o Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial (CNPIR) é um órgão colegiado, paritário, de caráter consultivo, com a finalidade de exercer o controle social e propor políticas de promoção da igualdade racial. Dele participam redes e organizações voltadas ao combate ao racismo, a promoção da igualdade racial e a defesa,

garantia e ampliação dos direitos da população negra e de outros segmentos étnico-raciais. Neste sentido, houve um fortalecimento, mesmo que em nível federal e nem sempre integrado, das ações afirmativas e o apontar de um projeto mais coeso de combate ao racismo à discriminação e às desigualdades sociais.

O decreto 6.040, criado em 2007, é o marco a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e dá a definição de povos e comunidades tradicionais no artigo 3º, inciso I

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem com tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações, e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Já em 2012 foi criado o Colegiado Setorial de Culturas Afro-brasileiras, composto por cinco representantes do poder público e quinze representantes da sociedade civil (cujo diferencial é a presença maciça de lideranças tradicionais de matriz africana). Além disso, os povos e comunidades tradicionais de matriz africana são beneficiários de campanhas voltadas às suas carências e possui muitos de seus projetos incentivados pela SEPPIR.

Outras ações no nível legislativo foram o decreto 4886/2003, a Política Nacional de Promoção da igualdade racial (PNPIR), reconhecendo o papel da sociedade civil no avanço da igualdade racial; o decreto 6872/2009, o Plano Nacional de Promoção da igualdade Racial; a lei 12288/ 2010, o Estatuto da Igualdade Racial; a lei 12.711/2012, a lei das cotas.

As ações descritas estimularam o fortalecimento institucional de lideranças e organizações tradicionais de matriz africana. Um cenário menos inóspito se desenha para os que buscam a promoção, valorização e divulgação da cultura africana preservada no Brasil, e suas influências linguísticas, filosóficas e culturais.

## **1.2 Aspectos de uma educação multifacetada**

Uma Educação que se diz universalizante não é uma opção para a sociedade desigual que vivemos. Horizontalizar superficialmente os alunos, os espaços e os conteúdos é uma balela que não podemos aceitar. Se o sistema escolar é um microrganismo interligado a outros que forma a sociedade como um todo, é evidente que reflete as dicotomias de nosso país. Os problemas sociais e raciais são hipocritamente abafados e não tocar neles só aumenta a ferida e aprofunda as injustiças.

Ter uma educação comprometida com o debate da diversidade e da valorização das minorias é, em última instância, meio de afirmar e revitalizar a autoimagem do povo negro. A escola nem sempre foi cenário de aceitação da cultura negra. Pelo contrário, ajudou muitas vezes a fomentar o processo discriminatório, seja não aceitando negros em seus pátios, seja disseminando a cultura europeia como a mais importante e legítima.

Nas formas individuais e coletivas, seja em quilombos, senzalas, terreiros, agremiações, escolas de samba (e outras manifestações culturais negras), a identidade do povo negro foi preservada em condições precárias. O ensino formal nunca foi uma realidade assente para todos e era nos espaços citados que valores tradicionais e comunitários eram transmitidos.

Tal realidade não impediu que o espaço escolar (e acadêmico como um todo) não fosse ambicionado pelos negros. Os locais de valorização da negritude seriam um desdobramento bem-vindo e necessário de uma educação mais realista, voltada para um processo identitário mais focado. Escola e organizações negras seriam irmãs. A universidade, instituição que rege o conhecimento formal, também se adequou a essa realidade formando núcleos de estudo, seminários e congressos sobre a população negra.

Neste sentido, a lei 10.639/2003 foi um importante marco para nós, já que instituiu o ensino obrigatório da História e Cultura Afro-brasileiras e Africanas no currículo oficial da educação básica além do dia da Consciência Negra em 20 de novembro. Essa lei abriu a Caixa de Pandora: não se poderia mais ignorar o processo do movimento negro e as consequências são claras até quando andamos nas ruas. Não vemos mais tantos negros envergonhados de sua classe e sua cor, mas pessoas interessadas em procurar suas raízes. A sociedade civil não pode mais ignorar o contingente de negros que existe no Brasil, depreciando sua religião, sua cultura e seu corpo.

Reconhecer o multiculturalismo brasileiro é promover o respeito mútuo, o respeito ao outro, o reconhecimento das diferenças. Não se pode negar que o ensino básico contempla o período de absorção e representação do mundo pela criança e adolescente: seus conceitos de valores, o bom, o belo, o mal, o feio, o ético são construídos e firmados nesta época. Somos seres iminente socialmente e interagimos com o que nos cerca. Uma educação sensível a esse fato é o único caminho que enxergo para nosso país.

Assim se pauta o trabalho de nossa biblioteca de ancestralidade africana. Temos um projeto político-pedagógico que ambiciona cuidar e educar nossa clientela de forma afetiva, em uma estreita relação criança-adulto e adulto-adulto, tentando interagir com os diferentes modos de enxergar o nosso mundo que transita entre a tradição e o novo.

## 2. CONTANDO UMA HISTÓRIA SEM FIM

A configuração de nossa própria identidade se dá no processo de relação e confrontação de identidade de outros grupos étnicos (Cf. TEODORO, 1987). Assim, saber-se negro é não se eximir da consciência dos efeitos nocivos do racismo no Brasil e partir para a pesquisa de sua cultura e para a organização de seu grupo.

Em um mundo tão informatizado, em que o conhecimento é uma arma, não se conhecer e estar desraigado de sua comunidade é fazer-se alvo do enfraquecimento dos valores étnicos, incorporando a cultura do outro sem grandes reflexões. Dar acesso aos negros à educação formal não é o suficiente. Deve-se armá-los com os instrumentos de sua comunidade, formando uma imagem positiva deles em contraste com a imagem do branco, reconhecendo suas diferenças.

O projeto de Pontos de Leitura da Ancestralidade Africana no Brasil se dá como incentivo às iniciativas culturais voltadas pra a promoção, preservação e divulgação da história e cultura africana e afro-brasileira. Os pontos de leitura seriam espaços de democratização ao acesso aos livros, em seus diferentes suportes e ao estímulo de práticas leitoras.

Resultado da parceria entre o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, a Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas; a Fundação Biblioteca Nacional e o Ministério da Cultura, tem como diretriz primeira o *Plano nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana* (2013-2015), que define:

Povos e comunidades tradicionais de matriz africana são definidos como grupos que se organizam a partir dos valores civilizatórios e da cosmovisão trazidos para o país por africanos para cá transladados durante o sistema escravista, o que possibilitou um contínuo civilizatório africano no Brasil, constituindo territórios próprios caracterizados pela vivência comunitária, pelo acolhimento e pela prestação de serviços à comunidade (p. 12).

Partindo deste princípio, foram escolhidos projetos que tinham o perfil acima para serem contemplados como ponto de leitura da ancestralidade africana no Brasil. Os projetos estão em quilombos e terreiros, espaços de excelência de valorização e transmissão da cultura negra. É um projeto piloto, com quatro comunidades quilombolas – Mesquita, Castro, Curiaí e Macuco – e seis comunidades tradicionais – Ilê Iyaba Omi Aciyomi (Associação Afro religiosa e Cultural Ilê Iyaba Omi); ASPAJA – Associação Santuário Sagrado Pai João de Aruanda (Teresina, PI); Centro Memorial de Matriz Africana 13 de Agosto (Porto Alegre,

RS); Egbe Ile Iya Omidaye Ase Obalayo (São Gonçalo, RJ); Ilê Asé Omidewá (João Pessoa, PB); Centro Cultural Orùnmilá (Ribeirão Preto, SP).

O Egbé, em São Gonçalo, é o único ponto do Rio de Janeiro e tem um diferencial: não é apenas um terreiro, mas também a ONG **Matrizes que fazem**, cujo objetivo é a geração de renda e o empoderamento da cultura afro-brasileira. Situado no Morro do Céu, área de “risco” e necessitando de infraestrutura (visto que é parte da área rural de São Gonçalo), é um espaço atuante de preservação da cultura afro, com raízes no Gantois. Mãe Márcia de Oxum uma defensora ferrenha dos direitos humanos. Projetos afins confluem para um todo em que o mais importante é a conscientização da comunidade de que somos sim representantes orgulhosos e felizes da identidade negra. Os objetivos do Egbé são claros:

Sua missão é preservar os notórios saberes da ancestralidade afro-brasileira, combater a discriminação e preconceitos de qualquer espécie. Ser um espaço de acolhimento, saúde, respeito à diversidade, assim como fomentar leis que de fato reconheçam o terreiro como guardião da nossa cultura. Procuramos divulgar e preservar todo patrimônio imaterial da cultura dos Povos de Tradicionais de Terreiro (Matrizes Africanas), promover ações afirmativas de modo a garantir a transmissão dos saberes para futuras gerações, para que assim não se perca a identidade herdada dos nossos ancestrais (site <http://ancestralidadeafricana.org.br>).

Tais objetivos se colocam como diretriz principal do trabalho cotidiano do terreiro, buscando atingir a excelência no treinamento e desenvolvimento pessoal, gerando renda na transversalidade da Cultura Afro e servindo de referência para as comunidades Tradicionais de Terreiro – Matrizes Africanas. A responsável pelo terreiro, Mãe Márcia de Oxum, pondera:

O candomblé é um ponto de resistência, de busca e exercício da ancestralidade que foi tomada dos africanos trazidos à força e escravizados. Semelhante às outras religiões se acredita num criador, um deus com seus diferentes nomes e as várias divindades, neste caso o deus Olodumare (raiz ioruba). O Axé foi deixado para a humanidade.

O terreiro educa, não ensina. Os filhos da casa, os amigos, os terreiros associados, veem e trazem suas crianças desde bebês, e muitos pequenos para que convivam com os outros, aprendam o exercício da humildade e a respeitar as diferenças e a natureza e, principalmente para que naturalizem a vivência dentro de um terreiro como espaço religioso. Aprendem a afirmar a sua crença e a não ocultar os seus atos, pelo exercício do conhecimento e da autoconfiança (site <http://ancestralidadeafricana.org.br>)

O trabalho do Ponto de Leitura é um ponto nevrálgico para a manutenção do trabalho já iniciado e vem sendo um diferencial no cotidiano da comunidade. A Biblioteca de Ancestralidade então funciona como um marco da resistência negra. Apostando no conhecimento de nossa cultura, possui livros que abordam aspectos culturais, sociais,

políticos, econômicos e literários dos negros. São obras muitas vezes raras e preciosas, com alguns livros esgotados. Esses livros são importantes para o fortalecimento do conhecimento e a autoconfiança da cidadania e direitos da população afro-brasileira.

Pelo fato de estar situada em um Terreiro, a Biblioteca acabou sendo, em um primeiro momento, espaço de filhos de santo e suas crianças e os livros procurados foram sobre o candomblé e suas especificidades. Livros sobre orixás, a ritualística do candomblé, as lutas do movimento negro foram imediatamente acolhidos pelos que queriam mais conhecimento.

A procura por esses livros foi proveitosa para a clientela e para os que trabalharam como monitores porque instrumentalizou não só para o trabalho diário com os filhos de santo como possibilitou a percepção de que o mundo do terreiro é interligado a uma tradição maior, muito ancorada a oralidade e, assim, sensível a interpretações várias.

Muitos dos livros trazem outra concepção da questão racial e obrigam a rever alguns conceitos da educação étnico-racial. Como foi uma vitória para os terreiros do Rio de Janeiro, muitos pais de santo e seus filhos foram prestigiar a inauguração da Biblioteca na festa de Oxum e alguns livros foram emprestados para muitos que não eram parte da comunidade circundante. Criaram-se grupos de estudos que aprofundassem no conhecimento de yorubá e trocamos experiências entre terreiros e irmãos.

No entanto, alguns visitantes mais novos ou não acostumados com a linguagem acadêmica dos livros ficaram um pouco desconfortáveis com a leitura. Foi então necessário um esforço maior para acompanhar as pessoas com dificuldade. Em alguns casos, descobriu-se problemas graves de leitura e compreensão de textos, e alguns dos integrantes do grupo de estudo saíram quando perceberam a quantidade de livros básicos que pretendíamos ler, em nosso ambicioso plano de leitura.

Ocorreu a readequação das metas do grupo de discussão. Percebeu-se que a biblioteca acabou se tornando não apenas um espaço em que a informação sobre os negros é distribuída mas, também demonstrou o quanto somos pouco aparelhados para trabalhar com as dificuldades de assimilação do conhecimento. A formação de leitores plenos e qualificados, uma das atribuições da educação formal, não é uma realidade para todos os níveis de nossa sociedade. Sabemos que

atualmente, a prática de leitura não está só ligada à escrita e, sim, ao entendimento de novas linguagens. O ato de ler o livro de papel ou digital deve ser percebido como uma atividade além dos muros da escola, pois através da leitura temos acesso à cultura e às ideologias presentes na sociedade e no mundo. (...) No dia-a-dia, habituar-se a ler é um processo complexo que precisa de conscientização não só do profissional professor, mas também dos

pais, dos familiares e da comunidade que na maioria das vezes não são leitores de livros (OLIVEIRA, 2004, p.357-358).

Partindo desta ideia, acreditamos que a prática leitora foi uma conquista que todos tivemos que alcançar. A partir do exemplo e do auxílio, foi trabalhada tanto as questões caras ao grupo, como facilitar o acesso pleno aos livros que oferecemos. Não era nosso foco trabalhar o hábito de leitura de nossos visitantes, mas foi algo que percebemos ser importante naquele momento. O processo de leitura conjunta, em que projetamos nosso conhecimento de mundo e, por que não dizer, de outros livros, foi importante para o grupo de estudo. Portanto, foi possível viver o pensamento de Paulo Freire: “a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra, e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele” (FREIRE, 1993, p.20). Não adiantava disponibilizar os livros se não tínhamos um público que pudesse compreendê-los e, conseqüentemente, com dificuldade para compartilhar o conhecimento. Mesmo os próprios monitores, representantes do centro espírita que moram perto do terreiro, tiveram algumas dificuldades. A presença de voluntários que se dispuseram a dar aulas de “reforço” voltadas para a produção e compreensão textual foi importantíssima para retomarmos o trabalho da forma planejada. Houve treinamentos semanais com o intuito de trabalharmos os textos com sensibilidade.

Assim, o primeiro momento de divulgação da biblioteca foi de extrema importância para nos instrumentalizarmos. Descobrimos novos livros e novas maneiras de trabalhá-los e construímos um método de trabalho que se avolumava cotidianamente. Alguns desistiram no caminho, seja por problemas pessoais, seja por falta de perseverança, mas o trabalho e divulgação continuaram, e com crescimento da biblioteca.

A troca entre os terreiros de São Gonçalo continuou, mas resolvemos fazer um trabalho voltado para a nossa comunidade, tentando fazer com que o entorno se comprometesse com nosso trabalho social. Neste sentido, as oficinas de geração de renda do Matrizes que fazem ajudaram muito. O alunado, formado em especial por mulheres de baixa renda que trazem seus filhos para assistir às aulas, formou um bloco de pessoas interessado em partilhar experiências.

## **2.1 A demonização da biblioteca**

Como se sabe, a imagem que se tem da religião afro-brasileira é complexa. Resultado do hibridismo religioso que os escravos foram obrigados a fazer, sempre foi uma



manifestação negra cercada de mistério para os não iniciados e vítima de preconceitos insuflados por outras instituições religiosas. Não compreendida, é confundida com satanismo e retratada em programas religiosos como expressão do mal.

Por conta disso, houve certa resistência da comunidade em visitar a nossa biblioteca. Seria temerário dizer que o receio das pessoas foi vencido. Não iria tão longe. Ainda somos rejeitados por muitos que percebem a presença do Ilê para a manutenção da biblioteca. É como se a negritude fosse independente da religião, mas não devemos nos esquecer de que se não fossem os terreiros e a religião afro-brasileira, muito da nossa cultura estaria esquecido. Quando se analisa superficialmente a vida dos sujeitos que lutam pelas políticas raciais, não é possível dissociar totalmente a religião das ações afirmativas que vão sendo conquistadas. No caso do negro no Brasil, a religião afro teve um papel importantíssimo. Portanto, colocar um ponto de conhecimento da ancestralidade africana no Brasil só poderia ser feito ou em quilombos, com sua história de luta afirmativa, ou em terreiros, mantenedores da cultura. Sabíamos desde o início que seria difícil a visitação dos moradores o espaço local, mas buscou-se implementar ações integradas de valorização da biblioteca. Divulgação de cartazes na comunidade, além de integrarmos o grupo de capoeira do Matrizes que fazem (composto por crianças).

Neste sentido, percebemos que há uma diferença muito grande de origem entre o público adulto e infantil. Os adultos são pessoas estudiosas da religião, alguns na universidade e buscam a biblioteca e o grupo de estudos como maneiras de trocar experiências e ter um local em que não são vítimas de preconceito. Os monitores, normalmente mais jovens, acabam aprendendo mais com eles e é muito rico para o crescimento de todos. Já as crianças, exceto os filhos da casa, não são necessariamente da religião. São crianças que vão brincar no projeto.

Outro ponto a ser destacado é que a clientela adulta não é composta pelos moradores do entorno. São pessoas de outros terreiros ou que fizeram uma pesquisa na internet sobre ancestralidade e ficaram curiosas sobre o assunto. O grupo de estudos conseguiu absorver os adultos e quase todos são amigos ou conhecidos.

Queríamos, também, mobilizar a população a partir da inserção das crianças e jovens na biblioteca. Nosso foco então foi para a Educação Infantil, tendo em mente a valorização da identidade negra. Fizemos ações na comunidade para chamar a atenção das crianças e integramos a biblioteca da ancestralidade com uma brinquedoteca. Não era o foco inicial do projeto, mas percebeu-se que a ludicidade da brinquedoteca nos auxiliaria em nosso trabalho. E tínhamos razão.

## 2.2 A afirmação da identidade na literatura infanto-juvenil

A palavra identidade vem do latim *identitas*, átis e se desdobrou em *idem*, “o mesmo”. Assim, identidade seria: “estado do que não muda, do que fica sempre igual”; “consciência da persistência da própria personalidade”; “O que diz que uma coisa seja a mesma (ou da mesma natureza) que outra”; “conjunto de características e circunstâncias que distinguem uma pessoa ou uma coisa e graças às quais é possível individualizá-la” (Cf. Dicionário Eletrônico Houaiss, 2001). Em uma concepção mais abrangente, identidade estaria em um processo dialético com a alteridade, palavra vinda do fr. *Alterité* (1270) “alteração, mudança”, ou seja, o diferente, o distinto (Cf. Dicionário Eletrônico Houaiss, 2001).

A construção da identidade não poderia existir sem a apreensão do que é distinto, da alteridade. Esse tipo de construção se faz em meio a um contexto dialógico em que o ideário da sociedade naquele momento (visto que todo ideário está em processo constante de transformação) se percebe como o mesmo em oposição ao outro. Tal construção é, desta forma, fluida e fugidia, pois se o homem está em constante mudança, as “identidades” também mudam, se adequam, se constroem cotidianamente.

Pensando na produção de identidades, ou seja, na percepção de si em contraste com o outro, é importante para nós investirmos na formação das crianças, independente da raça. Pensando nas crianças e jovens negros, podemos pensar no trabalho dos livros voltados para este público como uma possibilidade de leitura que pode proporcionar a afirmação desse público, aliada muitas vezes à ruptura de ideologias em uma perspectiva em que a leitura e a contação sejam uma forma de revisar certos conceitos.

Se a produção humana – a literatura como um todo – é em princípio algo que expressa a condição do homem, não se pode desvincular o trabalho da literatura infanto-juvenil de seu valor ideológico. Pode-se então ver o trabalho da literatura como espaço de apreensão do diferente de maneira que haja aceitação do outro pela consciência da interação do próprio (eu) e do alheio (outro).

Pensando nisto, foi oferecido uma gama de possibilidades de leitura de livros com temática afro. As crianças que tiveram contato com os livros estranharam a princípio. Pouco acostumadas ao livro impresso e não conhecedoras de literatura (muito menos de temática afro), foram muito resistentes a prática leitora. Acostumadas a consumir televisão, com os estereótipos brancos, ficaram desconcertadas com alguns dos livros cujas ilustrações retratavam negros.

Foi desafiador trabalhar na biblioteca em dois sentidos: antes de tudo, apresentar o livro, um produto não muito manuseado pelas crianças e pais; apresentar uma temática que não é muito trabalhada em nenhuma esfera em que as crianças se locomovem. Trabalhar a identidade negra foi algo que elas nunca pensaram, já que nunca tinham problematizado essa questão para elas.

Assim, utilizou-se livros infanto-juvenis como agente catalisador de transmutação e crescimento. Para Regina Zilberman (2003), a literatura infantil:

Como agente de conhecimento porque propicia o questionamento dos valores em circulação na sociedade, seu emprego em aula ou em qualquer outro cenário desencadeia o alargamento dos horizontes cognitivos do leitor, o que justifica e demanda seu consumo escolar (p.12)

Assim, pensamos na literatura não como ferramenta meramente pedagógica, mas como uma maneira de transgredir ou desestruturar o mesmo, construindo o levantamento de questões que devem ser tratadas seja no íntimo do leitor, seja na família, seja na escola, seja na comunidade, seja em nossa biblioteca.

### **2.3. Contação de nossas histórias para as crianças como forma de preservação de nossa cultura**

Sabe-se que tornar-se negro em nossa sociedade ainda é uma questão complexa. A condição do negro ainda é associada a pobreza, falta de intelecto, feiúra e outros aspectos negativos. A criança enxerga o mundo que a cerca e percebe que seu pertencimento racial é um elemento fundamental para a formação de sua identidade. Isto não ocorre de forma simples, mas a partir de trabalho árduo de conscientização e reconhecimento de si mesmo e do outro. Para Maria Aparecida da Silva Bento, no artigo “A identidade racial nas crianças pequenas” (2012), o conhecimento das diferenças raciais se dá em idade tenra. Ela afirma:

1.muito cedo elementos da identidade racial emergem na vida das crianças; diferentes autores, destacam que, entre 3 e 5 anos a, criança já percebe a diferença racial e, ao percebê-la, interpreta e hierarquiza;

2.crianças pequenas são particularmente atentas ao que é socialmente valorizado ou desvalorizado, percebendo rapidamente o fenótipo que mais agrada e aquele que não é bem aceito;

3.crianças pequenas brancas se mostram confortáveis em sua condição de brancas e raramente explicitam o desejo de ter outra cor de pele ou outro tipo de cabelo. Com frequência explicitam que branco é bonito e preto é feio (apontando bonecas, personagens de livros, colegas, professoras);

4.crianças pequenas negras se mostram desconfortáveis em sua condição de negras, porém raramente reagem à colocação de que preto é feio. Quando reagem e pedem ajuda ao professor, este não sabe o que fazer e/ou silencia.

5.Crianças negras revelam o desejo de mudar o tipo de cabelo e a cor da pele; a criança negra parece mais agudamente atenta à diferença racial do que a branca.

Assim, deve-se fazer um trabalho muito atento que trabalhe com as diferenças raciais. Saber-se representado por uma gama de histórias e de saberes valoriza a autoimagem da criança. O conhecimento de contos e lendas de matriz africana, tendo ilustrações cujas personagens são o reflexo de seus leitores, parece-me primordial para o desenvolvimento da identidade racial da criança. Tal trabalho é importante porque

Enquanto a educação de crianças pobres, entre as quais predomina a presença de negras (Abramovich, 2009; Paixão, 2010; Rosemberg, 2010), deveria receber mais recursos, na realidade, constatamos que, ao longo do tempo, recebeu financiamento e recursos insuficientes, tornando o sistema de educação uma expressão de desigualdade. Como decorrência, a qualidade da educação vem sendo prejudicada, pois os equipamentos frequentados por essas crianças muitas vezes estão sucateados, os materiais são insuficientes e inadequados e os currículos podem ser simplificados e reduzidos. A desigualdade pode ser percebida na preparação, qualidade e número de professores. O tratamento diferenciado é ainda manifestado pelas atitudes, percepções e expectativas dos professores, que carregam os mesmos preconceitos da sociedade mais ampla (BENTO: 2012, p. 100).

Neste sentido, o trabalho se coloca articulado a educação formal direcionada à população menos favorecida. A contação de histórias e a dramatização de histórias protagonizadas por negros foram técnicas interessantes para a identificação das crianças negras. Buscou-se debater e refletir que as diferenças devem ser celebradas e somos felizes com essas diferenças.

## CONCLUSÃO

De uma aluna do curso de penteado afro no Matrizes, descobri-me pedagoga. Entre conversas e de forma espontânea, consegui me enxergar como negra atuante no espaço do terreiro. Ver a biblioteca de a ancestralidade surgir e crescer é ser parte de o marco de uma postura positiva sobre as políticas voltadas para a comunidade afrodescendente.

Sabe-se que a biblioteca ainda é recente e muito ainda há para ser feito, mas é plenamente possível observar uma diferença no espaço comum após sua implementação. As oficinas e debates oferecidos para adultos e crianças foram profícuos para mudar o imaginário do público atingido, já que em todo o momento foram discutidas questões relevantes a questão da raça e da valorização do ser negro.

Conforme visto no primeiro capítulo, somos resultado de um processo histórico-social que desagua nas relações cotidianas em que o lugar do negro é diferenciado. Vivemos hoje em um tempo de ações afirmativas mais abrangentes, mas não se deve esquecer o passado, pois ele forma nosso ideário. Repensar nosso passado a partir de nossa vivência é importante para sairmos do lugar comum, para sabermos de onde viemos e quais caminhos devemos seguir. Trabalhar com esta diferença vem sendo importante não só para o povo do terreiro, “acostumado” a ser alvo de preconceito devido a “demonização” de seu culto religioso, como também para as crianças de cujos traços desde novas foram obrigadas a desprezar.

Assim, não é possível fazer uma retomada de consciência sem falar dos aspectos históricos e políticos do Brasil. Ter noção das lutas e das leis que nos amparam é interessante para a comunidade afro, independente de sua atuação partidária. Conhecer nossa história é combater o esquecimento, é continuar exigindo políticas públicas mais efetivas, que respeitem a cultura dos negros. Muito já foi feito, mas ainda não é aceito de forma assente em nossa sociedade tão desigual.

No que tange às leis que defendem os direitos dos negros, é necessária uma maior cobrança das autoridades e das escolas para a plena atuação delas. Percebe-se que leis como a 10.039, com hoje onze anos, ainda engatinha em nossas escolas e são poucos os professores instrumentalizados para implementá-la. O trabalho com nosso público fez com que se ressignificasse a prática educativa e alguns de nossos frequentadores mais jovens disseram ter conversado com seus pais e professores sobre as leis e a história de nosso povo.

O segundo capítulo já demonstra a minha inserção na história que construímos cotidianamente. Sendo uma biblioteca situada em um terreiro, espaço muito complexo em se

trabalhar sem ser vítima de preconceito, foi no início desafiador e às vezes frustrante ser parte da equipe. Vem sendo um trabalho de convencimento tanto no que tange à aceitação da religião como um desafio em trabalhar com a leitura e a literatura, instancias tão depreciadas por nossa educação deficitária.

O quadro que se desdobra diante de meus olhos – seja pela educação brasileira como um todo, seja pela manutenção da biblioteca – é de muita luta. Como educadora, sei que não se pode em pouco tempo fazer mudanças milagrosas e que o caminho escolhido é permeado de dificuldades.

## REFERÊNCIAS

ANCESTRALIDADE AFRICANA NO BRASIL. MEMÓRIA DOS PONTOS DE LEITURA. Brasília, Instituto de políticas relacionais, 2014.

BENTO, Maria Aparecida Silva (org). *Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais*. São Paulo: CEERT, 2012.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O racismo na História do Brasil – Mito e realidade*. 5ª Edição. São Paulo: Ed. Ática. 1997.

DAVIS, Darien. *Afro-brasileiros hoje*. São Paulo: Selo negro, 2000.

ESTATUDO DA IGUALDADE RACIAL. 2010.

FERNANDES, Florestan. “Projeto de Lei, emenda Constitucional.” In. *Revista de História*. São Paulo. Nº 129-131. ago./dez./93 a ago/dez/94. p.238-240.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. Três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1993.

GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz*. Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GRIN, Monica. “Raça”. *Debate público no Brasil (1997-2007)*. Rio de Janeiro: MauadX Faperj, 2010.

JACCOUD, Luciana. “O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial”. In: THEODORO, Mário. *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: IPEA, 2008.

OLIVEIRA, Maria Regina Momesso. “A criança leitora: entre o impresso e o eletrônico”. In: CECCANTINI, João Luís (org). *Leitura e literatura infanto-juvenil*. Memória de Gramado. São Paulo: Cultura Acadêmica; Assis, SP: ANEP, 2004.

ORIENTAÇÕES E AÇÕES PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.  
Brasília: SECAD, 2006.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. *Educação das relações étnico-raciais*. Pensando referenciais para a organização da prática pedagógica. Belo horizonte: Mazza Edições, 2007.

SCHAUN, Angela. *Práticas Educomunicativas*. Grupos Afro-descendentes de Salvador-Bahia: Ara Ketu, Ilê Aiyê, Olodum, Pracatum. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SILVA, Paulo Vinícios Baptista & ROSEMBERG, Fúlvia. “Brasil: lugares de negros e brancos na mídia” In: DIJK, Teusn A. van (org). *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2012.

SOUZA, Mariana de Mello e. *África e Brasil Africano*. São Paulo: Ática, 2007.

TEODORO, Maria de Lourdes. “Identidade, Cultura e Educação”. In: ROSEMBERG, Fulvia;

PINTO, Regina Pahim (org). *Raça Negra e Educação*. São Paulo: Nov/1987, Cadernos de Pesquisa n° 63